

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Relatório de Gestão de 2014 do Município do Porto: Contas do primeiro orçamento apresentado pela Coligação Rui Moreira/CDS/PS confirmam que a propalada mudança não foi feita

O auto-elogio de Rui Moreira ao “saldo histórico” da Câmara do Porto merece comparação com a polémica declaração de Maria Luís Albuquerque acerca dos “cofres cheios” do país

O relatório de gestão de 2014 da Câmara Municipal do Porto permite-nos fazer um balanço do primeiro ano de mandato da coligação Rui Moreira/CDS/PS e da execução do orçamento municipal que fizeram aprovar após as eleições.

O relatório confirma que as tendências que vinham a ser seguidas nos últimos anos se mantiveram, mantendo-se uma gestão para «poupar» (contribuindo para juntar austeridade à austeridade), em vez de investir, reforçar os serviços municipais e aliviar a carga fiscal sobre os portuenses, que o quadro económico e social difícil, com contornos muito gravosos na cidade do Porto, exigiria.

O relatório mostra que a visão para a cidade que tinha vindo a ser executada pela coligação PSD/CDS continua em vigor, o que não é de estranhar, ou não fossem as políticas municipais da atual e da anterior maioria a prossecução da política de direita que tem vindo a desgovernar o Porto e o país, com o agravamento sofrido dos últimos anos em resultado da entrada da Troika e do cumprimento do Tratado Orçamental.

O relatório de gestão de 2014 volta a demonstrar as deficiências na elaboração do orçamento municipal, suas previsões e opções. Ao longo dos últimos anos, não só os orçamentos municipais recebem diversas modificações ao longo do ano, que alteram a sua estrutura de receitas e despesas (tendo-se obtido o recorde de 8 modificações ao Orçamento de 2014), como depois não são cabalmente executados. Em 2014, as modificações orçamentais traduziram-se num aumento da despesa orçamentada superior a 17,2 milhões de euros, colocando esta nos 201,7 milhões de euros, mas a taxa de execução foi a mais baixa dos últimos 5 anos, ou seja, de 76,7%. Isto significa um desvio orçamental de 47,1 milhões de euros, tendo ficado a despesa executada nos 154,7 milhões de euros. Num contexto, em que a taxa de execução da receita foi quase de 100%. Sendo a dimensão deste desvio orçamental um recorde, a verdade é que a baixa execução e os desvios orçamentais têm sido uma tendência dos últimos anos, o que também diz muito sobre o rigor orçamental, ou falta dele, como se pode depreender do Quadro 1.

Quadro 1 - Execução e Desvios Orçamentais

Despesa	2010	2011	2012	2013	2014
Execução orçamental, % Orçamento Final	86,5%	87,3%	79,0%	86,9%	76,7%
Desvio Orçamental, milhões de euros	-30,4	-27,1	-41,2	-27,5	-47,1

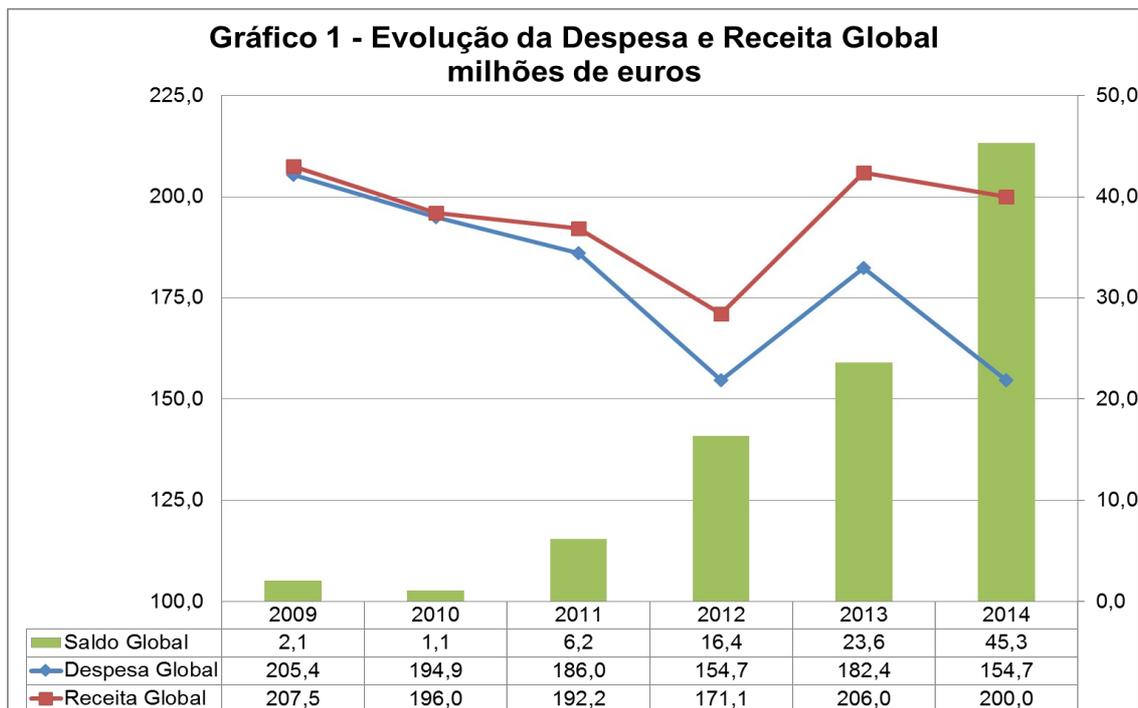
Fonte: Relatórios de Gestão da CMP, Quadro «Despesa por classificação económica»

Os desvios orçamentais entre 2010 e 2014 totalizam uma redução de 173,3 milhões de euros, o que significa que nos últimos 5 orçamentos aprovados, 1 não foi, na prática, executado.

O auto-elogio de Rui Moreira ao “saldo histórico” da Câmara do Porto merece comparação com a polémica declaração de Maria Luís Albuquerque acerca dos “cofres cheios” do país. Para perceber esta política de «poupar» em tempo de crise, geradora de excedentes crescentes, uma vez que os desvios orçamentais não podem ser cabalmente explicados pela quebra de receita, como demonstra o Gráfico 1, têm que se ter em conta os objetivos claros da política de direita de contenção da despesa, ataque ao serviço público, promoção das privatizações e concessões a privados, delapidação do património público e redução dos trabalhadores do sector público.

O valor deste excedente atingiu os 45,3 milhões de euros em 2014, mais de sete vezes superior ao registado em 2011. No último ano do mandato de Rui Rio e da Coligação PSD/CDS, transitou um excedente de 23,6 milhões de euros, que em modificação orçamental se esfumou para cobrir desvios da receita e para pagar acordos extrajudiciais, mas na execução ele próprio alimenta o «excedente» de 2014.

Gráfico 1 - Evolução da Despesa e Receita Global
milhões de euros



Estes excedentes têm vindo a ser apresentados como uma mais-valia. Argumenta-se com a redução do endividamento camarário para garantir margem para investimento futuro. Mas o orçamento municipal é uma resposta de política pública ao nível local. Se manter as contas equilibradas pode fazer sentido, a política pública não foi feita para gerar «lucros», uma vez que o pressuposto da receita cobrada é ser traduzida em benefício das populações e do desenvolvimento local, nomeadamente, como já foi afirmado, investindo, reforçando os serviços públicos e aliviando a carga fiscal.

Ora, a carga fiscal sobre os portuenses tem vindo a aumentar nos últimos anos, situando-se em 2014 a um dos níveis mais elevados, sendo preciso retornar a 2007/2008 para atingir níveis similares. O peso das receitas fiscais nas receitas correntes ascendeu a 66,9% em 2014, sobretudo devido a aumento dos impostos diretos cobrados, mais 14,2% face a 2013, ou seja, mais 12 milhões de euros. Sendo certo que estes resultados são influenciados em grande medida, nomeadamente ao nível do IMT, pelas cobranças efetuadas no âmbito da medida excecional de regularização das dívidas fiscais de 2013, sendo também certo que globalmente quase todas as restantes rubricas das receitas registam reduções, incluindo dentro dos impostos diretos - a Derrama (-9,5%) e o IUC (-3,2%). Estes valores também revelam a dificuldade na obtenção de outras receitas, ao nível das transferências do Orçamento de Estado e dos Fundos Estruturais, assim como da venda direta de outros bens e serviços, que não sejam oriundas de hastas públicas sobre o património municipal.

Mas o excedente também não foi utilizado nos últimos anos para alavancar o investimento municipal, antes pelo contrário, o investimento municipal tem vindo a reduzir-se de forma drástica e progressiva, atingindo em 2014, um dos valores mais baixos de sempre, mesmo expurgados os efeitos do acordo do Parque da Cidade (ver Quadro 2).

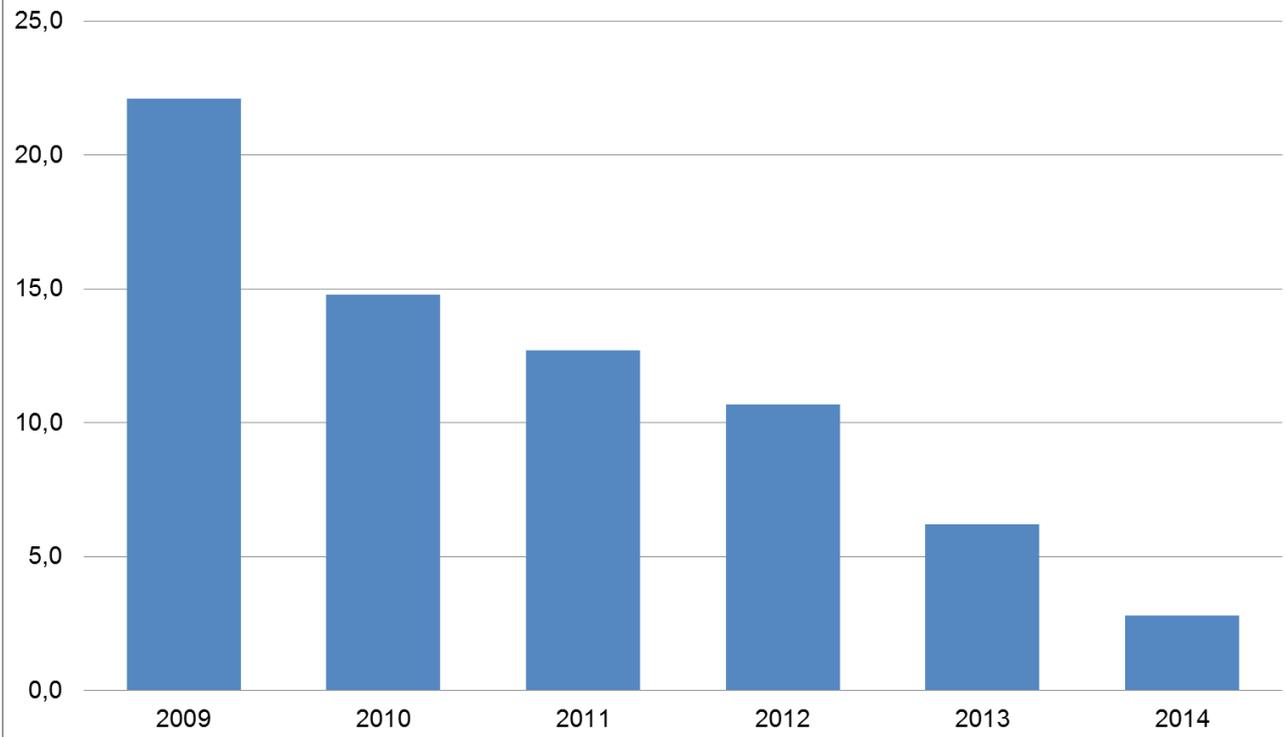
Quadro 2 - Investimento Municipal, milhões de euros

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Diferença			
							2014-2013		2014-2009	
Investimento Global	43,2	37,0	38,9	25,5	22,3	13,3	-9,0	-40,4%	-29,9	-69,2%
Habitação Social	22,1	14,8	12,7	10,7	6,2	2,8	-3,4	-54,8%	-19,3	-87,3%
Instalações	9,9	10,2	11,1	5,1	4,1	2,7	-1,4	-34,1%	-7,2	-72,7%
Construções Diversas	7,3	6,8	11,7	4,6	7,5	5,1	-2,4	-32,0%	-2,2	-30,1%

Nota: O investimento global em 2010 e 2013 está expurgado do impacto do acordo do Parque da Cidade - 2ª fase

Fonte: Relatórios de Gestão da CMP, Quadro «Evolução das despesas de investimento total»

Gráfico 2 - Evolução do Investimento em Habitação Social milhões de euros



O investimento municipal registou uma redução global de 40,4%, na ordem dos 9 milhões de euros. Se recuarmos a 2009, verificamos que a diferença atinge 29,9 milhões de euros.

Face a 2013, as principais rubricas do investimento registam reduções significativas, sendo a principal o investimento na requalificação da habitação social, que atinge um dos valores mais baixos de sempre, 2,8 milhões de euros, correspondente a uma redução de 3,4 milhões de euros face a 2013 (-54,8%) e a uma redução de 87,2% face a 2009, ou seja, menos 19,3 milhões de euros. Apesar das necessidades neste domínio não terem diminuído, antes pelo contrário, tendo em conta a crise económica e social que a cidade e o País têm vivido, a verdade é que o investimento na

requalificação da habitação social tem vindo a reduzir-se de ano para ano de forma sistemática (Ver Gráfico 2).

Destaque-se que ao nível do investimento, é de lamentar a redução de 6 mil m², quase 8% da beneficiação de arruamentos em 2014 face a 2013. A necessidade de reforçar o investimento na requalificação dos arruamentos interiores tem sido motivo de inúmeras propostas apresentadas pela CDU em reunião de Câmara e alertas feitos em visitas públicas.

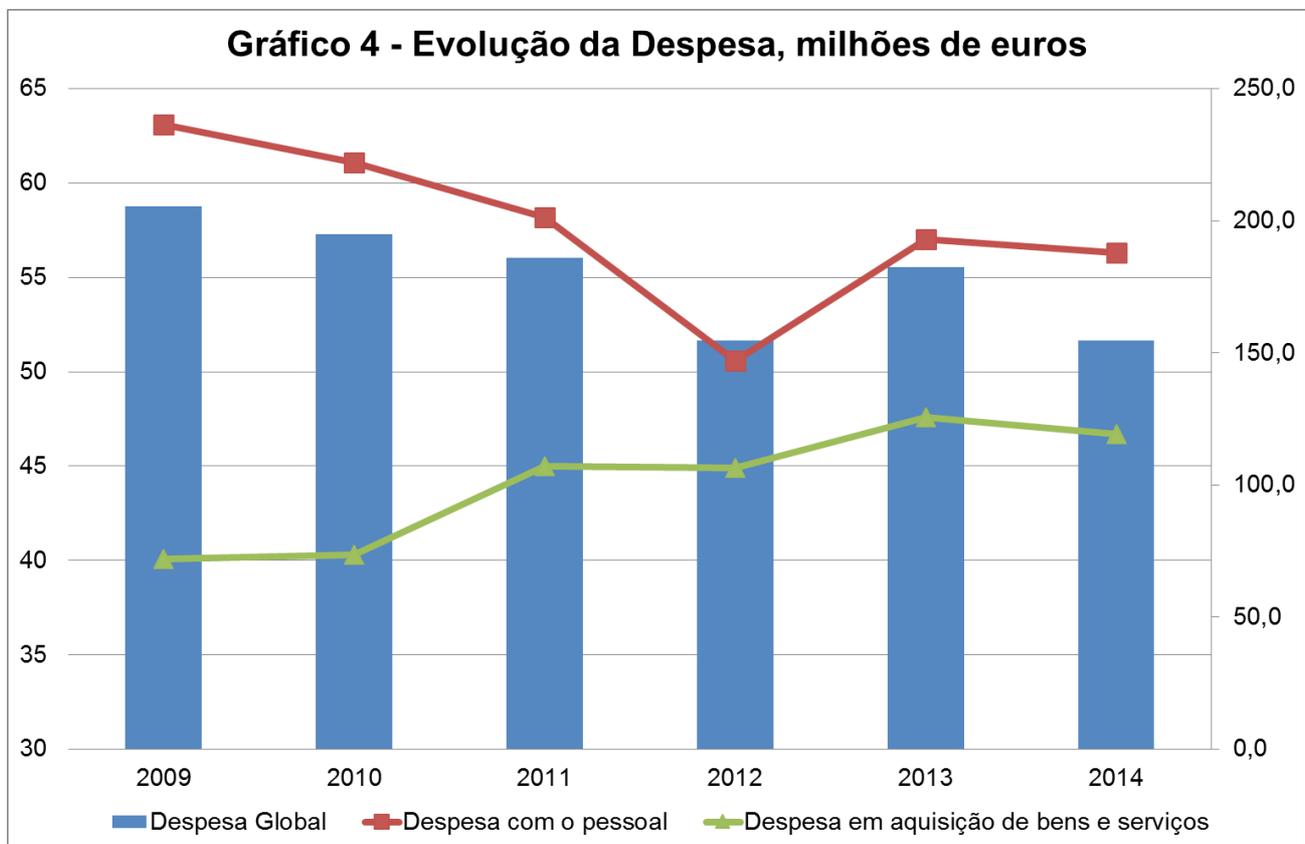
A salientar ainda o nível da reabilitação de casas de habitação social devolutas. Apontadas como 472 em 2014, um número apresentado como importante e superior ao registado em 2012 (454) e 2013 (365), mas que na verdade fica bastante afastado dos valores registados no passado, por exemplo, em 2010 (565 casas) e em 2011 (613 casas).



Uma outra rubrica muito importante a considerar, ao nível da manutenção do serviço público e da resposta municipal, é o número de trabalhadores municipais. Apesar do número global ter crescido, em consequência do reingresso de 155 trabalhadores cedidos à Suma e à Invicta Ambiente, a verdade, se não considerarmos esses trabalhadores, é que se teria registado uma redução de 73 trabalhadores, ou seja, de 2,9%, bastante acima, do limite orçamental imposto de redução de 2% do número de trabalhadores municipais, agravando até aquilo que já se tinha verificado em 2013. Também aqui a tendência é de redução do número de efetivos de ano para ano, como demonstra o Gráfico 3, o que afeta a capacidade da resposta municipal. Em termos médios, significa que desde

2009 saíram 4 trabalhadores todos os meses da autarquia. Mesmo com os novos reingressos, o número de efetivos é similar ao que existia em 2012.

Nos últimos anos, a tendência tem sido para a redução das despesas com o pessoal, para qual o Orçamento de Estado tem dado um “importante contributo”. Em 2014, as despesas com o pessoal tiveram uma redução de 1,2%. Esta tem sido uma tendência, que tem sido acompanhada pelo aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços, que já representa mais de 30% do total da despesa, apesar desta rubrica a nível global ter registado uma redução em 2014. Esta linha tendencial mostra bem as consequências da política de substituir o serviço prestado por trabalhadores municipais pela externalização e concessão de serviços a privados, sem se notar globalmente alguma poupança pelo erário público, antes pelo contrário, nomeadamente quando falámos da concessão da limpeza urbana.



Se compararmos com 2009, verificámos que a poupança nas despesas com o pessoal, traduziu-se no aumento das despesas com a aquisição de serviços de valor similar, impacto que seria ainda mais negativo se descontássemos o contributo do orçamento de Estado para a redução das despesas com o pessoal.

Infelizmente, devido a uma inovação pouco transparente, não é possível medir o aumento da componente de serviços e das despesas com a concessão da limpeza, uma vez que o relatório de gestão de 2014, pela primeira vez, deixa de fora os mapas relativos à execução das Grandes

Opções do Plano. Mas em conferência de imprensa recente da CDU, com os elementos que possuía, a estimativa apontava que o custo global da concessão da limpeza até ao seu término, tendo em conta as previsões orçamentais para 2015 e para 2016, poderá ascender a mais 26,1 milhões do que inicialmente previsto, ou seja, mais 57,2%, o que mostra como foi ruinoso este negócio para a cidade e a importância, também aqui, de (re)municipalizar este serviço público, criando as condições em 2015 para não renovar a atual concessão, nem avançar com mais nenhuma concessão nesta área. Importa lembrar que este aumento de despesa ocorreu num período de constante redução da recolha de resíduos sólidos indiferenciados desde 2009, que o ligeiro aumento registado em 2014 não põe em causa.

Por outro lado, **na execução do Orçamento de 2014, continua sem haver tradução prática das prioridades eleitorais apresentadas relativas ao reforço do investimento, por exemplo no que concerne à famigerada prioridade de Campanhã, ou na área da Cultura, ao contrário daquilo que uma observação mais desatenta da realidade local pode induzir.**

A despesa faturada na área da Cultura em 2014 não chegou aos 1,8 milhões de euros, face aos 1,6 milhões de euros em 2013. Quando falamos no que foi efetivamente pago, então o valor fica pelos 1,6 milhões de euros em 2014, um pouco mais que 1% da despesa global executada. Ao nível global, incluindo despesas de estrutura, a despesa na Cultura ascendeu a 8,8 milhões de euros, valor marginalmente superior a 2013, mas mesmo assim inferior à despesa global registada, por exemplo em 2010. Apesar da existência de mais palcos na cidade, sobretudo pela reabilitação do Teatro Municipal, e a multiplicação de eventos, ainda não se vislumbra o necessário investimento estruturante nesta área, que crie raízes para o futuro.

A salientar também a contínua deterioração do valor de mercado dos fundos imobiliários em que a Câmara participa (Porto Novo, Porto D'Ouro e Invesurb), que se volta a registar em 2014, com perdas potenciais superiores a 620 mil euros.

As contas de 2014 mostram nova e claramente as opções de uma política municipal que continuou a acentuar o corte no investimento e de redução dos direitos e número de trabalhadores municipais, ao mesmo tempo que manteve uma carga fiscal elevada sobre os munícipes. Ao contrário do que foi apregoado existia, e existe, a possibilidade com os recursos financeiros disponíveis de fazer mais e melhor no sentido de contrariar a crise económica e social que afeta de forma particular os portuenses e avançar de forma cabal para a resolução dos problemas estruturais da cidade, que melhorem as condições de vida da população, nomeadamente no Porto escondido da propaganda institucional e dos postais turísticos.

O Relatório de Gestão de 2014 confirma as denúncias da CDU aquando da discussão da proposta de Orçamento de 2014 da coligação Rui Moreira/CDS/PS, de continuidade em aspetos essenciais com as políticas que tinham vindo a ser seguidas anteriormente. Aquando da aprovação do Orçamento, foi utilizado o argumento que estávamos perante um orçamento de transição. As contas que hoje conhecemos mostram claramente que existe margem para fazer uma política diferente e reforçar o investimento municipal.

Mesmo sem contar com a capacidade de endividamento da própria Câmara (cujo limite em 2014 foi 19,9 milhões de euros), as possibilidades oferecidas pelo Portugal 2020 que devem ser plenamente aproveitadas e a receita liquidada e não cobrada que ascendeu em 2014 a 14,9 milhões de euros. A

que acresce ainda a possibilidade de correcção de despesas mal gastas aliada a uma política promoção da receita, de que é exemplo a reversão da concessão da limpeza urbana.

Não «cola», por isso, o argumento de que não existe dinheiro, por exemplo, para um programa de apoio ao movimento associativo popular, como a CDU propôs, prevendo 600 mil euros, mas que foi rejeitado pela coligação. Ou que não se possa atingir os 1,5% da despesa dedicada à dinamização Cultural. Ou garantir 5% da despesa para a requalificação dos arruamentos interiores. Ou prosseguir a reabilitação dos bairros sociais ou de investimentos estruturantes, com o reforço da reabilitação urbana.

É cada vez mais necessária uma rutura com as políticas de direita que têm vindo a governar a cidade, a afirmação de uma política alternativa de esquerda para o Porto, que utilize todos os recursos do município em prol do desenvolvimento económico e social da cidade. Este é o compromisso da CDU.

Porto, 20 de Abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto

Participam na conferência de imprensa os eleitos municipais da CDU e dirigentes do PCP **Artur Ribeiro, Belmiro Magalhães e Pedro Carvalho.**